

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Instituto de
Economia
Industrial**

**BOLETIM DE
CONJUNTURA
INDUSTRIAL**

VOL.4

Nº 1

Jan/84.

EDITORIAL: DIMENSÃO DO PROBLEMA ECONÔMICO BRASILEIRO.

Os números da economia brasileira em 1983 mostram um saldo desalentador. O PIB e o produto per capita, segundo as estimativas preliminares da FGV, retrocederam em 3,9% e 6,2%, respectivamente; o setor industrial reduziu a produção em 8%; a indústria paulista demitiu mais 135 mil trabalhadores e a inflação bateu todos os récores alcançando 211%. Mesmo o saldo comercial de US\$ 6,5 bilhões - o único êxito macroeconômico do ano e que superou em US\$ 500 milhões a meta acertada com o FMI - foi em grande medida contrapartida deste quadro profundamente recessivo, que viabilizou a queda das importações. O superávit do ano, por sua vez, permitiu a transferência real de recursos do país para a comunidade financeira internacional estimada em US\$ 3 bilhões.

Este é o quadro-resumo do primeiro aniversário de tutela econômica do FMI. Mas há que se ressaltar que o ajustamento da economia nos moldes do Fundo é mais antigo: acaba de completar seu terceiro ano consecutivo e no acumulado do triênio deixou um buraco na economia muito maior, sem que o problema a que teria sido chamado a resolver - o da crise cambial do país - evoluísse um palmo. O brasileiro, em média, perdeu 11% de sua renda no triênio, a indústria retrocedeu 12%, o centro industrial do país despediu 1/4 de sua força de trabalho e os preços multiplicaram por 12. [1984, segundo fica patente na definição das linhas-mestras da política econômica recentemente divulgadas, da rá seguimento à trajetória iniciada em 1981. Com boa dose de razão, um influente industrial de São Paulo advertiu que "a recessão está apenas começando".]

Mas o momento econômico nacional é mais grave do que deixa transparecer o saldo macroeconômico da política de "ajustamento monetário do balanço de pagamento". Não se vê luz nos termos em que vem sendo conduzida a negociação da dívida externa e o que é muito sério também, internamente vem sendo desmantelados mecanismos básicos, sobre os quais se apóia qualquer economia capitalista, quais sejam, os mecanismos de criação de liquidez, de financiamento público e privado e de constituição do sistema de preços.

Na raiz dos problemas estão a elevada (e resistente à baixa) taxa de juros e a especulação financeira.

A transferência de renda e de patrimônios aos níveis em que vem se processando em favor do sistema financeiro e dos rentistas é inconcebível na conjuntura atual de declínio da produção e do emprego. Palidamente, as contas nacionais evidenciam este processo, quando registram a assimetria entre as "performances" dos setores produtivos e dos intermediários financeiros. Estes cresceram no último triênio 14,3%, contra 6,3% da agricultura, 8% do comércio e retração da indústria de 12%. A questão não deve ser encarada exclusivamente pelo ângulo da equidade na distribuição dos "custos do processo de ajustamento da economia", mas também em termos do significado da assimetria para as possibilidades de crescimento futuro da economia brasileira.

Há um momento nas relações entre sistema financeiro e rentistas, de um lado, e setores produtivos, de outro, que é altamente favorável à economia capitalista: o sistema financeiro provê avanços de liquidez e crédito, amplificando a capacidade de crescimento real da produção, dos lucros, das rendas públicas, do salário e do emprego. Neste caso, não há incompatibilidade entre acumulação produtiva e acumulação financeira.

Há um outro momento, intermediário, no qual os avanços de liquidez e de crédito não mais se traduzem em liquidez efetiva e em ampliação da capacidade de crescimento da economia, como acontece numa crise econômica e, ainda assim, pelo efeito da elevação dos juros, que também tende a acontecer quando estala uma crise, os setores produtivos e os agentes econômicos continuam a acumular débitos e há transferência de direitos sobre a renda futura para o sistema financeiro. Existem mecanismos, no entanto, para que os débitos e os direitos transferidos sejam desvalorizados, como através da inflação ou da queda de taxa de juros, se isto for possível. Neste momento, portanto, é possível a reversão do processo de transferência, sem que a crise econômica se aprofunde por isto, e desde que os mecanismos citados operem de fato.

Mas há ainda um último momento, no qual a reversibilidade é extremamente difícil através dos mecanismos de mercado. É o que se dá quando a transferência em direção ao sistema financeiro e rentistas passa de direitos sobre a renda futura para transferência real.

O SALDO DO TRIÊNIO

	EM 1983	ACUMULADO NO TRIÊNIO 81/83
PIB per capita - crescimento (%)	-6,2	-11,1
PIB - crescimento (%)	-3,9	- 4,4
Setores da Economica-Crescimento(%)		
Indústria	-7,9	-11,9
Agricultura	2,1	6,3
Comércio	-4,4	8,0
Transf.e Com.	-0,4	- 0,3
Governo	0,0	6,0
Intermediário Financeiro	3,7	14,3
Emprego Industrial(FIESP-SP)		
Absoluto (mil demissões)	-135	-450
Relativo (%)	8	- 24
Inflação (IGP-DI) (%)	211,0	1.112,3
Exportações (US\$ bilhões)	21,9	20,1*
Importações (US\$ bilhões)	15,4	22,9*
Saldo Comercial (US\$ bilhões)	6,5	-2,8

(*) Níveis de 1980.

de recursos, sem a correspondente desvalorização dos débitos que se avolumam pelo efeito do movimento dos juros. Isto só pode ser conseguido pelo aprofundamento da recessão da economia. Algo parecido com isto se processa atualmente entre Brasil e sistema financeiro internacional.

Este momento de "pagar a conta" tem como limite teórico a destruição da capacidade produtiva da economia e a cessão da geração de rendas reais públicas e privadas, numa absoluta "economia de rentistas". Concretamente, no entanto, antes disto a crise econômica se desdobra em crise financeira, carregando setores produtivos e também sistema financeiro e rentistas, num processo cuja profundidade e desdobramentos não podem ser antecipados. A única alternativa a este desfecho são liquidações e cancelamentos financeiros ordenados através de uma reforma monetária e financeira, mas que implica em complexas negociações na distribuição das perdas e interesses.

Uma economia como a brasileira, enfrentando há três anos recessão severa, com os níveis de taxas de juros que apresenta e, ademais, mergulhada em uma perspectiva geral de pessimismo, alimentada pela política econômica em vigor e pela indefinição do quadro financeiro interno e externo, precipita-se rapidamente para este terceiro momento.

A corrida aos "mercados líquidos" e a generalização da especulação, fenômenos que em 1983 tanto se desenvolveram, são sintomas da disrupção, mas jogam como fatores de aprofundamento da crise. Isto, por três razões: primeiro porque o investimento produtivo se retrai ainda mais, face às oportunidades de ganhos financeiros, o que aprofunda a recessão; segundo, porque os riscos de operação destes mercados, que são altíssimos, são transmitidos via as taxas de juros aos setores produtivos, que devem então arcar com faturas maiores e com acréscimo do valor atualizado das suas dívidas; finalmente, porque a especulação desenfreada ao desestruturar os padrões de valorização e de rentabilidade de ativos, compromete o cálculo empresarial quanto a custos de produção, taxa de rentabilidade de referência e fixação de preços. As consequências disto são movimentos espasmódicos e erráticos de preços, agravando o quadro inflacionário e de instabilidade da economia. O leitor poderá observar na tabela a seguir a disparidade da evolução dos preços, rentabilidade e índices de correção verificada em 1983, bem como poderá ter idéia do impacto da especulação sobre segmentos dos mercados financeiros e de mercadorias.

VARIAÇÃO DE PREÇOS E RENTABILIDADES DE ATIVOS EM 1983 (%)

P R E Ç O S		A T I V O S	
IPG-DI	211,0	Correção Monetária	159,2
IPG-OG	212,9	Correção Cambial	288,0
IPA-DI	234,0	Ações	8
Bens de Consumo	254,0	IBOVESPA	754,4
Duráveis	140,2	IBV	637,6
Não Duráveis	266,7	Mercado Financeiro	8
Gen.Alimentícios	299,5	Overnight	195,0
Bens de Produção	207,5	Cad.Poupança	175,0
Mat.Primas não Alim.	214,4	CDB	193,0
Mat.Construção	194,7	Letra de câmbio	117,7
Mat.Veia, Equip.	146,6	Dólar Paralelo	223,3
IPA-OG	238,3	Commodities*	8
Produtos Agrícolas	335,8	Boi Gordo	333,4
Produtos Industriais	200,5	Café	174,7
Extrativa Mineral	232,0	Ouro	170,2
Ind.de Transf.	197,5	Soja	514,1
IPC-RJ	177,9		
ICC-RJ	148,9		
INPC	172,9		

(*) Novembro de 1983- Novembro de 1982.

A indexação financeira e a "dolarização" da economia brasileira soldam a dívida pública, a dívida das empresas públicas e privadas e a dívida das famílias com estes mecanismos especulativos. As perdas fictícias, então, se acumulam na velocidade em que evoluem a especulação financeira, os riscos globais do sistema e a inflação. Até aqui a política do governo vem sendo no sentido de deixar livre a operação destes mecanismos financeiros e dos "mercados líquidos", e de tomar as perdas fictícias como reais. Promove o corte do gasto público, do investimento e do consumo privado e daí, a contração da renda nacional e do espreço, sancionando desta forma a dupla transferência de recursos reais a que está submetida a economia brasileira: a transferência para o sistema financeiro internacional e, internamente, a transferência para os rentistas e sistema financeiro interno.

A dimensão do problema econômico brasileiro reside na continuidade e aprofundamento deste processo de dupla face, que vai depredando a economia e ameaça liquidar segmentos inteiros do parque produtivo. A primeira condição para a mudança é que a política econômica não mais se alie a este estado de coisas, sob pena de que a ruptura em uma crise que vá além da dimensão puramente econômica seja cada vez mais concreta e deixe definitivamente de ser uma "profecia de pessimistas".

— xxx —

Esta edição especial BCI é toda dedicada a estes graves problemas econômicos e às alternativas no sentido de contrarrestá-los em seus efeitos imediatos e de superá-los no futuro próximo.

Reproduzimos o Painel de Conjunturas que o BCI e o IEI promoveram em dezembro último. Nele, o Prof. Antônio Barros de Castro abordou a questão da dívida externa e a viabilidade da moratória. A Prof. Maria da Conceição Tavares, defendeu um programa mínimo de emergência para a economia brasileira e a população brasileira enfrentarem a crise e o Prof. Carlos Lessa tratou dos problemas e perspectivas do setor financeiro interno.

A discussão de temas da política econômica e da conjuntura econômica e financeira atual bem como suas perspectivas foram os assuntos da entrevista que o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo concedeu ao BCI com a participação de Maria da Conceição Tavares. A Prof. Maria da Conceição também entrevistou para o BCI o Prof. André Lara Rezende

sobre o tema da dívida pública. Esta entrevista foi realizada originalmente para um suplemento sobre a dívida pública que o BCI publicaria em seu número de julho de 1983. Não tendo sido possível publicá-lo naquela oportunidade, publicamos agora o depoimento que preserva integralmente a sua atualidade. O tema, inclusive, voltou à ordem do dia com as recentes propostas de moratória interna e o Prof. André Lara Rezenda aborda tópicos muito úteis para a discussão: origem e desenvolvimento da dívida pública e do open market, significado e implicações dos possíveis encaminhamentos alternativos para o problema da dolarização da economia brasileira, dentre outros.

Três outros assuntos da maior relevância são tratados no suplemento de artigos deste número: perspectivas da inflação, do desempenho do setor industrial e das taxas de juros para 1984 são analisados pelos Prof. José Claudio Ferreira, Cláudio Considera e Julio Sergio de Almeida.

PAINEL DE CONJUNTURA BCI-IEI

EXPOSIÇÕES DE:

ANTONIO BARROS DE CASTRO
MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES
CARLOS LESSA

SOBRE A VIABILIDADE DA MORATÓRIA.

Antonio Barros de Castro*

Antes de entrar na minha parte propriamente dita (a questão da moratória) eu gostaria de fazer umas considerações prévias sobre o debate em torno à questão da lei salarial. Particularmente, quero me referir ao Prof. Mário Henrique Simonsen que em artigo recente que circulou com muito impacto, defende o 2045, e procura responder argumento por argumento as teses da oposição. No caso da argumentação de Simonsen sobre os salários, eu lembraria o seguinte: o que ele diz é que aqueles que se negam a aceitar que os salários são a causa fundamental da inflação, se baseiam no argumento de que os salários têm subido menos do que a inflação. Ou seja, tem havido uma redução dos salários reais. Então, por uma lógica primária, diz o Simonsen, inferre que uma coisa que está atrás não pode empurrar uma coisa que está na frente. Se os salários reais estão caindo, então isto seria uma prova de que os salários não são causa da inflação. Então Simonsen refuta este tipo de argumento dizendo o seguinte: inflação é um fenômeno nominal. Os salários reais podem estar caindo, os preços, digamos, do bram, os salários aumentam só 90%. Isto significa apenas, diz ele, que além da causa salarial, tem algum outro choque que explica uma diferença para mais da taxa de inflação. Então os salários subiram 90%, a taxa de inflação subiu 100%, os salários explicam essencialmente o fenômeno, porém houve um choque extra que pode ser um choque do petróleo, uma desvalorização cambial ou uma crise agrícola, que explicaria então essa diferença, o que faria com os salários reais caíam, apesar dos salários nominais serem a causa da inflação. Quando ele faz isso, quando ele passa deste ataque a um argumento que ele isola (de fato temos que reconhecer que, não nesta casa, mas em certas áreas, este é um argumento usado como se fosse muito forte), então quando ele procura justificar a posição dele, ele abre o flanco e mostra uma grande debilidade, lógica e teórica. Eu diria até empírica. Eu não vou me estender muito, mas por exemplo, a primeira e mais palmar falácia do argumento é a de que os preços são determinados pelos salários, já que os salários correspondem a 60% da Renda Nacional. São portanto o grande constituidor dos preços. O ponto aqui que me parece simples é o seguinte: primeiro não é 60%, nem oficialmente e nem pelo critério das contas Nacionais. Mas o ponto aqui é que ele só poderia estar se

* Professor Titular da FEA e do IEL, UFVJ. Presidente do IERJ.

referindo aos salários sobre os quais ocorreriam "mark-up" e não sobre os rendimentos genéricos do trabalho. A que eu saiba, por exemplo, o setor público não opera na base do "mark-up". Numerosas outras categorias sociais que têm rendimento de trabalho, sobre elas não opera "mark-up", em hipótese alguma. Vejamos o caso das empregadas domésticas. Imagine que os nossos salários são marcados sobre os salários das empregadas domésticas. E coisas do gênero. Se você excluir o setor público e uma série de categorias que, patentemente, sobre elas não se faz "mark-up", você vai chegar a um resíduo sobre o qual se faz "mark-up" (20, 25 ou 30%). Mas isso então já deslocaria a questão de ser a massa mais importante (nominal) da renda.

Mas o que revela a debilidade do argumento, é que quando ele prosegue não só ele omite todos os outros fatores como (isso eu quero sublinhar, peço que confirmem) quando ele chega nos juros ele afirma categórico: "Quanto à teoria da ciranda financeira, que atribui a inflação aos altos juros reais ela não resiste a cinco minutos de reflexão". O mal dos juros reais não é este, o problema é que os juros reais inibem os investimentos, e por conseguinte são recessivos. O que eu quero frisar é o seguinte: quando ele analisa os salários, é extremamente enfático em dizer que o que conta são os salários nominais e não reais. Mas, quando analisa juros, aí são os juros reais. Quer dizer, ele esquece que inflação é um fenômeno monetário, nominal, que foi o ponto de partida da sua análise. Evidentemente, os comerciantes e industriais estão reajustando preços em função de um custo muito mais sofisticado do que salários, bem mais complexo, etc., no qual conta certamente salários nominais, aliás pela advertência dele mesmo, etc. Bom, teria várias outras ressalvas a fazer, mas eu tenho a impressão de que não posso me estender muito, e vou passar a meu tema específico, esperando que o tema volte à baila porque tem vários pseudo argumentos.

Gostaria de discutir um pouco a moratória, sua viabilidade, mas não vou quase me estender sobre a necessidade dela e muito menos para o que ela abre espaço. Eu creio que abriria espaço para um plano de emergência, sob o qual não vou falar. A Prof. Maria da Conceição Tavares vai falar especificamente sobre um plano de emergência para o qual não haveria espaço sem a moratória. Estou convencido de que ela é realmente absolutamente indispensável.

Bom. Simplificando os dados, o que eu procurei localizar através de um estudo recente, (*) é aquilo que vai ser denominado de "importações mínimas críticas" (I.M.C.), quer dizer, as importações que a economia brasileira precisa para operar criticamente. Estas importações numa primeira aproximação são iguais a US\$ 7,8 bilhões de não petróleo e US\$ 5,2 bilhões de petróleo mais derivados. Além disso, o Brasil teria que pagar, dentro deste conceito de I.M.C., de transportes e seguro US\$ 1,4 bilhão, o governo aqui é residual (US\$ 0,1 bilhão) e o importante item diversos, que só agora nós conseguimos ter acesso ao seu conteúdo (eu achava extremamente elevado este item, não entendia porque crescia tão rápido e descobri que aqui está algo importante inclusive para a viabilização da moratória: estão aqui todos os "leasings", os aluguéis de plataformas de petróleo, etc. Então isto daria como I.M.C. o total de US\$ 15,6 bilhões.

A pergunta agora é saber como é possível se ter um mínimo de garantia de que se consegue algo em torno disso. Evidentemente o país não tem reservas, tem que ser na base de receber com uma mão e pagar com a outra a partir do dia seguinte à moratória.

Bom, um dado fundamental é que 67% das exportações felizmente são feitas à vista. Isto por si só é crucial. Inclusive invalida um argumento que foi em setembro o argumento-chefe dos que condenavam a moratória. Eles diziam que as exportações eram feitas a prazo. Então no dia seguinte à moratória o que fosse exportado já teria recebido, etc., e com isso não teria receita, não teria "cash". Como também não tinha reserva, não podia sobreviver à moratória, ficava asfixiado. É tudo falso! Mais 14% são a prazo de 90 dias, então nós desenvolvemos as contas sobre o que nós exportamos, eu faria as contas com US\$20,5 bilhões e não com US\$22 bilhões porque eu subtraía US\$1,5 bilhões de petróleo que é exportado hoje e que na realidade é importado e exportado para fazer um jogo de refino, o que nós suportávamos que não se faria após a moratória porque mudam as regras do jogo em termos de refino. Mas o fato é que aplicando os 67% aos US\$20,5 bilhões dá US\$13,7 bilhões, e somando os 14% dá US\$16,6 bilhões. Os US\$15,6 bilhões que equivalem às I.M.C. ficam neste intervalo: entre o garantido à vista e o que se pode dispor a partir do nonagésimo dia.

(*) A Viabilidade da Moratória Unilateral. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983 (Discussão nº 33).

Quais são as críticas que se pode fazer a este esquema?

A crítica à moratória vai se deslocando. Em 1980 e 1981 quando se dizia que o Brasil não poderia renegociar a dívida, havia certos argumentos contra a renegociação que hoje desapareceram. Depois os argumentos não mais contra a renegociação, e sim contra a moratória passaram a se sustentar na hipótese do país perder totalmente o crédito. Mas, o crédito evidentemente é obtido via negociação, penosamente, se é que é obtido. O argumento não se refere a crédito de longo prazo, e assim só pode se referir a crédito comercial de curto prazo. Pois bem, neste exercício supõe-se que o Brasil, naturalmente perca todos os créditos de longo prazo e todos os créditos de curto prazo. Ainda assim o exercício mostra a viabilidade e inclusive progressivamente constituírem-se reservas lentamente. Bom, esta é uma resposta ao estágio atual do debate. Porém, a argumentação anti-moratória foi se deslocando novamente. Os últimos ataques à moratória já não utilizam o argumento crédito comercial, aparentemente omitido. Quais os argumentos que usam agora os críticos? Eu vou tocar aqui num argumento simplista mas que não deixa de dar um certo susto: se houver moratória no dia seguinte apreendem os aviões da VARIG. Eu gostaria de assinalar o seguinte: estes aviões da VARIG, tive o cuidado de informar, são os aviões obtidos por "leasing". Mas, os contratos de "leasing" seriam religiosamente cumpridos. Agravarei a questão progressivamente. Em certos casos, navios e aviões da VARIG poderiam ser apreendidos com o argumento de que são financiados. Se eles estão financiados, procurei me informar sobre que tipo de banco: são agências oficiais de crédito. A resposta pode ser na linha sugerida pelo Prof. Paulo Lira na sua proposta de "desengajamento" em que a ruptura seria com os bancos comerciais, mas não com o BID, com o Banco Mundial e com uma ou outra agência oficial pois de fato não seria benéfico para o Brasil romper com elas. A saída poderia ser por aí. Vamos à questão do petróleo. Procurei, no exercício, minimizar suas necessidades.

Gostaria agora de entrar em outra discussão. Em julho alguns navios se aproximaram e se afastaram do Brasil, porque o Brasil não estava pagando atrasados comerciais. Será que isto significa que se o Brasil fizer a moratória não recebe mais petróleo? Eu responderia negativamente. Pelas seguintes razões: a razão pela qual os navios se aproximaram e se afastaram, levando os estoques a ficarem a níveis muito baixos foi a seguinte: os fornecedores alegaram, com toda a ra-

ção, que o Brasil estava tendo receita de exportação e o Brasil não estava mais dando prioridade ao pagamento de petróleo. Por quê? Porque naquele mês ele deu grande ênfase ao cancelamento de algumas dívidas atrasadas, alguns juros, que estavam se aproximando ameaçadoramente dos 90 dias fatais. O que os fornecedores alegavam era o seguinte: o Brasil tem cambiais, mas não nos pagam. Evidentemente, esta não seria a situação, absolutamente, após a moratória. Após a moratória o Brasil terá que declarar que a prioridade 1 é petróleo. Não pagaremos nada à frente. Obviamente, isto amacia muito as condições, e em último caso eu apelaria para o fato de que há petróleo em abundância no mercado "spot" em Rotterdam. Mas eu creio que há muito espaço para negociação sobretudo porque neste projeto de moratória as compras brutas de petróleo cairiam de 750.000 barris/dia para 400.000 barris/dia e as compras líquidas de 610.000 barris/dia para 400.000 barris/dia. Uma redução tão grande e que não prejudica a economia, como procuro demonstrar no trabalho "A Viabilidade da Moratória Unilateral", é um enorme poder de barganha no mercado de petróleo, que é um mercado oferecido, onde se pode comprar grandes lotes.

Vamos prosseguir. Um outro argumento contra a moratória diz o seguinte: não se pode separar comércio de finanças, de forma que o rompimento financeiro implica rompimento comercial. Este argumento não passa de uma grande frase. O que quer dizer isto? Todas as transações internacionais passam por bancos. É verdade. E daí? O banco não tem absolutamente direito, legalmente, de avançar sobre uma outra transação sobre a qual ele está cobrando uma taxa, está sendo remunerado. Ele estaria agredindo um cliente seu, interno e outro externo, e é rigorosamente ilegal você saltar de uma transação para outra. Não é nada simples isto. Envolve até mudança de legislação. Tanto é ilegal, que o esforço que vem sendo feito agora contra nós, é de introduzir cláusulas que permitiriam por exemplo, se a SUNAMAM não pagar e o sujeito agredir a PETROBRÁS. Estão tentando introduzir isto. Foi o que deu confusão na Argentina. Nós não podemos aceitar, pois esta cláusula aumenta estupidamente o poder de barganha deles. Mas, ao que se saiba, isto é exceção no caso brasileiro.

Por outro lado, eu entraria em mais dois argumentos apenas. Primeiro: não há nada mais simplista do que supor que os bancos concordam entre si, não se agredam entre si. É perfeitamente possível que numerosos bancos aceitem operar com mercadorias brasileiras. Isto tem

inúmeros precedentes históricos. Sempre há fendas no capital. Eu gostaria de lembrar que o argumento escala mais um passo e diz que o comércio será bloqueado. O que quer dizer isto? Quantas experiências existem no mundo de bloqueio de comércio? Praticamente a experiência se resume a Cuba, quando da instalação de mísseis com ogivas nucleares apontando para os EUA. Em segundo lugar, não obstante isto, todos comerciavam com Cuba, inclusive o Brasil. Eu lembraria também que a Argentina sofreu algumas retaliações por ocasião da guerra das Falklands (Malvinas) mas o comércio argentino passou a operar pelo Brasil, importando inclusive armamentos, via Brasil, fato este conhecido. Logo, bloqueio formalmente é dificílimo. Não levo em consideração a possibilidade de utilização de frotas para bloqueio, que considero sem precedentes, delirante e remota, a não ser que estejam dispostos a tudo para arrancar o que desejam daqui. Se houver tamanha agressividade, se não houver possibilidade de um mínimo de convívio civilizado, o Brasil deveria acabar com esta tutela enquanto houver um mínimo de indústria para o enfrentamento. (Vide o caso Argentino).

A questão da moratória não deve ser estudada somente pelo âmbito da viabilidade mas também pela ótica da necessidade. Eu não vou me estender muito sobre isto. Gostaria apenas de destacar alguns dados oficiais: nossa balança comercial saltou de um saldo mais de US\$ 700 milhões em 1981 para mais de US\$ 6 bilhões em 1982 e supostamente para US\$ 9 bilhões em 1984. Se tudo o que está na 3a. Carta de Intenções der certo, rigorosamente, pela primeira vez, os dados oficiais dão conta de que a dívida crescerá US\$10,4 bilhões em 1983 e US\$ 9,7 bilhões em 1984. Como isto é o que não pode acontecer, porque a comunidade financeira não se dispõe a emprestar dinheiro novo (a rigor está querendo resgatar), então teremos pela frente, e por sucessivos anos esta experiência, que é maior do que nossa capacidade de sobrevivência.

Eu queria concluir dizendo o seguinte: sempre se ameaça, sempre se levanta a frase sonora de não há que se romper com a "sacrossanta" comunidade financeira internacional. Eu perguntaria: vocês já pensaram o que é esta comunidade financeira historicamente? Nunca houve isto. Nunca houve no século XIX, no início do século XX, e muito menos nos "anos de progresso" (décadas de 50 e 60), taxas de juros, formas de comportamento, condições de pagamento, sequer remotamente comparáveis com isto que estamos vendo. Paulo Nogueira Batista Jr. prova, com me-

ticuloso detalhe, que o Brasil chegou a pagar 25% de taxas de juros. Isto não tem remotamente precedentes na história. Quer dizer: o país está sujeito a uma anomalia financeira, a um monstrengo financeiro. Não é absolutamente a comunidade financeira dos anos 50 e 60, não é a própria comunidade financeira do Século XIX, é um monstrengo, agiota, insuportável até mesmo para o capital industrial lá, dos EUA. O que se pretende realmente, para sobreviver, é a ruptura total com este monstrengo em que se transformou o sistema financeiro internacional.

